

## AS ORAÇÕES E AS RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA

Ana Clara Gonçalves Alves de Meira (UNIMONTES)

**RESUMO:** Geralmente, o estudo das orações se baseia em conceitos como: *dependência* e *independência*. Percebe-se a necessidade de substituir termos como *dependência* e *independência* por *interdependência*. A partir deste estudo, procura-se demonstrar que não se deve considerar somente o nível frástico, mas a ele acrescentar outros três: discurso, enunciação e texto.

**PALAVRAS-CHAVE:** dependência, independência e interdependência.

Ao se propor estudar as orações e buscar as diversas definições de coordenação e subordinação, percebe-se que, muitas vezes, os conceitos encontrados se limitam a aspectos sintáticos. Desse modo, objetiva-se, a partir de tais definições, demonstrar a importância de a esses aspectos sintáticos se acrescentarem os semânticos e os pragmáticos, considerando que a língua não só transmite informações, mas também estabelece ligação com o contexto, seja ele verbal ou não verbal.

Inicialmente, será realizada uma análise entre três gramáticos: Rocha Lima (1969), Bechara (1976) e Cunha e Cintra (1985), os quais priorizam o estudo das orações coordenadas e subordinadas voltado para o nível frástico. Em seguida, analisar-se-á Mattoso Camara (2000) e Dubois *et al.* (1973) que utilizam conceitos como parataxe e hipotaxe, mas ainda apresentam uma preocupação com os aspectos formais. Depois, acrescentar-se-á Othon Garcia (2002) e Koch (2002) que já não restringem as classificações a critérios meramente sintáticos.

Tomando como referência os gramáticos citados, nota-se que Rocha Lima (1969) introduz quatro estruturas típicas no que concerne às orações: coordenação, subordinação, correlação e justaposição. Bechara (1976) também realiza a mesma divisão. Já Cunha e Cintra (1985) apenas postula três: coordenação, subordinação e justaposição. É interessante mencionar que esses gramáticos, de modo geral, priorizam os aspectos sintáticos em detrimento dos semânticos para definir as orações, em especial, as coordenadas e as subordinadas. Além disso, apontam conceitos como

*dependência* e *independência* para distinguir coordenação de subordinação. As coordenadas são colocadas como independentes sintaticamente e as subordinadas dependentes sintaticamente. Deve-se enfatizar que, apesar de as definições aludidas serem predominantes, Rocha Lima (1969), ao conceituar as coordenadas, difere de Bechara (1976) e Cunha e Cintra (1985), pois afirma que: “A apresentação de um pensamento global pela sucessão de orações de sentido independente forma o período composto por coordenação” (LIMA, 1969, p.251). Percebe-se que, ao se referir à coordenação, Rocha Lima (1969) a define como sendo independente semanticamente, já os outros autores apenas citam uma independência sintática. Observa-se que, apesar de ele apontar a independência de sentido como característica das referidas orações, utiliza como critério predominante em suas classificações, o sintático. Ademais, observam-se inadequações quando se associa a coordenação ao sentido independente. Já Bechara (1976, p.218) declara que: “A maioria dos tratadistas tem colocado em pontos opostos coordenação e subordinação, mas um exame detido nos patenteia que a oposição que se deve estabelecer não é entre coordenadas e subordinadas, mas entre orações independentes e dependentes”.

Nessa medida, pode-se dizer que Bechara (1976) procura, de certo modo, ultrapassar a superficial distinção entre coordenadas e subordinadas, mas acaba por deixar prevalecer os aspectos sintáticos. Dessa maneira, não se prioriza o sentido nem o contexto. Quanto à correlação, Rocha Lima (1969, p.259) utiliza o termo *paradependência* afirmando que “neste processo sintático, de características absolutamente próprias, não há independência das orações componentes do período, como na coordenação; nem *subdependência*, como na subordinação”. Já para a justaposição, explica que esta seria um “meio termo entre coordenação e subordinação” (LIMA, 1969, p.262). Então, ele pretende explanar que tais orações seriam independentes quanto à forma, porém profundamente entrelaçadas quanto ao sentido. Observa-se que o gramático citado não utiliza somente os aspectos sintáticos para definir semelhante oração, partindo também dos semânticos. Assim, para ele, o que conduzirá a classificação de uma oração justaposta é a ausência de conjunção. Rocha Lima (1969) afirma que o principal meio de distinguir uma oração correlata de uma justaposta reside no fato de a primeira apresentar termos correlatos como: *não só ... mas*

*também; tão ... quanto; tanto mais ... tanto mais; tanto mais ... tanto menos, etc;* já a segunda de não possuir qualquer auxílio de conjunção. Deve-se acrescentar também que ele prioriza aspectos formais para estabelecer a sua classificação, ou seja, o que diferenciaria uma correlata de uma justaposta será a ausência ou presença de termos correlatos. A respeito da correlação e da justaposição, pode-se estabelecer diferenças entre os conceitos mencionados por Rocha Lima (1969) e por Bechara (1976):

[...] Para Rocha Lima [...] ao lado das orações coordenadas e subordinadas são colocadas dois tipos diferentes de orações: as correlatas e as justapostas, sendo expressões correlativas as aditivas, as consecutivas e as comparativas. Assim, para ele [...], as orações dispõem-se e relacionam-se no período apresentando quatro estruturas típicas: coordenação, subordinação, correlação e justaposição, as quais são tidas como processos sintáticos. Bechara, por sua vez, [...] argumenta que a coordenação e a subordinação dizem respeito ao valor sintático de independência ou dependência dentro do período composto; correlação e justaposição se referem ao modo de se ligarem entre si essas mesmas orações (NEPOMUCENO, 2005, p.46).

Cunha e Cintra (1985), como já se mencionou, não definem correlação. Quanto à justaposição, consideram-na equivalente à coordenada assindética; logo, será a ausência de conjunção que definirá a justaposição para eles. Mesmo se constatando algumas diferenças entre os gramáticos citados, conclui-se que os aspectos sintáticos se sobrepõem nas definições das orações descritas.

É interessante afirmar que Bechara (1976) já apresenta alguns pontos que conduzem a discussões relevantes sobre as orações. O primeiro é a questão da divisão entre oração principal e subordinada, pois exemplifica que nem sempre a oração principal é aquela que detém o sentido mais importante. Mesmo já suscitando uma questão tão significativa, afirma que prefere basear suas análises em aspectos sintáticos. Assim, classifica as orações do mesmo modo que a maioria dos gramáticos tradicionais, colocando como subordinada aquela que exerce uma função sintática sobre outra oração a qual será tida como principal. Apesar disso, explana que pares como *quer ... quer e ou ... ou* sempre exemplificados como indicadores de orações alternativas, podem denotar concessão, o que já designa uma menção a aspectos semânticos no que se refere à classificação de orações. Estudiosos como Garcia (2002) e Koch (2002) tratam dessa questão de expressões, que já possuem um valor delimitado (pelas gramáticas tradicionais), poderem estabelecer, em outras frases, diferentes sentidos. Então, pode-se

dizer que de nada adianta decorar uma lista de conjunções, ou gravar que o *e* sempre será aditiva, o *ou* alternativa, o *porém* adversativa, etc; pois o que determinará o *real* valor de uma dada conjunção será a situação comunicativa na qual ela está inserida. A partir da citação de Mário Barreto *apud* Bechara (1976, p.222), notam-se algumas referências aos aspectos semânticos:

Mostre-se aos alunos que se pode construir (1º grau): ‘O dia está bonito; não temos que fazer; vamos passear’, ou (2º grau): ‘ O dia está bonito e não temos que fazer; vamos, pois, passear. Enfim (3º grau, subordinação e período): ‘porque o dia está bonito e porque nada temos que fazer, vamos passear.

Observa-se que, ao fazer alusão a Mário Barreto, Bechara (1976) demonstra que uma oração dita como coordenada assindética pode estabelecer relações de sentido equivalente a orações coordenadas sindéticas e subordinadas. Então, convém questionar: Se uma oração pode se desdobrar em outras constituindo relações de sentido semelhante, por que classificá-la levando em conta apenas critérios sintáticos? Assim, ao se voltar para orações como as da citação anterior, percebe-se que elas mantêm relações semânticas similares; entretanto, são classificadas de modo diferente. Cumpre ressaltar que tais observações explanadas por Bechara (1976), ao mencionar Mário Barreto, são apenas meros apontamentos. Ao final da citação anterior, Mário Barreto *apud* Bechara (1976, p. 222) afirma que tais possibilidades “são antes um ornamento do que um meio substancial da fala, e servem a um intento estilístico”. Apesar de Bechara (1976) ter demonstrado um passo à frente, pois, por meio dessa citação, mesmo que rapidamente, faz menção às relações semânticas, existem ainda lacunas a serem preenchidas. Como se pode inferir acima, o próprio Mário Barreto postula que tais relações semânticas se restringem a aspectos estilísticos, reduzindo-as a uma análise superficial. Para que se compreenda melhor, pode-se dizer que, ao limitar semelhante explicação a fatores estilísticos, não se leva em conta o contexto, ou seja, as relações pragmáticas. Com isso, não se questiona o porquê de o locutor ter utilizado em um enunciado uma conjunção em detrimento de outra ou de essa estar ausente no momento da enunciação. Portanto, não se pensa na língua em sua situação de uso.

A respeito das considerações de Mattoso Camara (2000) acerca de coordenação e subordinação, é válido mencionar como ele define esses termos. Sobre o primeiro, ele afirma que:

Coordenação, ou PARATAXE, é a construção em que os termos se ordenam numa SEQÜÊNCIA e não ficam conjugados num sintagma. Na coordenação, cada termo vale por si e a sua soma dá a significação global em que as significações dos termos constituintes entram ordenadamente lado a lado [...] (CAMARA Jr., 2000, p.86).

Depois explana sobre a questão da subordinação:

Processo lingüístico que cria o sintagma, estabelecendo entre os constituintes uma relação de determinado a determinante; portanto se opõe à coordenação em que os termos estão em SEQÜÊNCIA. Assim, o adjunto está subordinado ao substantivo que ele determina, o verbo está subordinado ao sujeito, os complementos estão subordinados ao verbo.

Na estrutura da frase, entende-se por subordinação, ou HIPOTAXE, a construção sintática em que uma oração, determinante, e pois subordinada, se articula com outra, determinada por ela e PRINCIPAL em relação a ela. A construção oposta é a coordenação ou PARATAXE (CAMARA Jr., 2000, p.226).

É necessário enfatizar o fato de CAMARA (2000) mencionar que a coordenação estabelece uma seqüência e os seus termos não ficam conjugados em um sintagma. E sobre a subordinação, cita que essa cria um sintagma. Como se observa, relaciona coordenação à seqüência e subordinação à presença de um sintagma, então, para que se compreenda essa associação, cumpre explicitar o conceito de sintagma:

Termo estabelecido por Saussure (1922, 170) para designar a combinação de formas mínimas numa unidade lingüística superior. De acordo com o espírito da definição implícita em Saussure, entende-se hoje apenas por sintagma um conjunto binário (duas formas combinadas), em que um elemento determinante cria um elo de subordinação com outro elemento, que é determinado. Quando a combinação cria uma mera coordenação entre os elementos, tem-se, ao contrário, uma seqüência (CAMARA Jr., 2000 p.223).

Depreende-se, portanto, que ele não considera uma relação de dependência na coordenação, o que revela uma concepção restrita. Assim, como afirma Koch (2002), até mesmo as conjunções ditas coordenadas típicas: *e*, *ou* e *nem* estabelecem um relação de dependência, já que toda situação comunicativa é revestida de intenções. Além disso, torna-se interessante mencionar Kreutz (2000, p.64):

Supõe-se que as unidades significativas de uma língua estejam agrupadas, no inconsciente coletivo de uma comunidade lingüística, ou por classes/categorias sintáticas [...], e/ou por funções semântico-lexicais. Essa certamente é a principal razão pela qual, na produção de uma unidade de comunicação verbal, as unidades significativas não podem ser combinadas aleatoriamente, uma vez que tal combinação obedece a restrições de classe e/ou função.

Quando se reflete acerca das lacunas apontadas ao se classificar coordenação relacionada à independência e subordinação à dependência, convém questionar: será que associar conceitos de independência e dependência à coordenação e à subordinação é o melhor meio de classificar semelhantes orações?

Dubois *et al.* (1973) definem como coordenação as orações que estão ligadas entre si por conjunções coordenativas (aditivas, adversativas, explicativas, conclusivas e alternativas) e subordinação como aquelas que se ligam por meio de conjunções ditas subordinativas. Ao mencionarem parataxe, afirmam que essa pode estar presente tanto na subordinação quanto na coordenação. Assim, Dubois *et al.* (1973) consideram que a parataxe é caracterizada pela ausência de um operador conjuntivo. No que se concerne à hipotaxe, essa é definida em oposição à parataxe, ou seja, pela presença de operadores conjuntivos. Logo, para ele, a coordenação e a subordinação constituem a hipotaxe desde que apresentem conjunções. Além disso, é importante destacar que Dubois *et al.* (1973) determinam a justaposição como sinônimo de parataxe. Desse modo, consideram que a subordinação e a coordenação se diferenciam a partir dos *tipos* de conjunções que as encabeçam e que a parataxe e a hipotaxe se caracterizam pela ausência e presença de conjunções respectivamente. Ao priorizarem a presença ou ausência de conjunções para classificar as orações, Dubois *et al.* (1973) também destacam critérios sintáticos no lugar de analisarem a sentença dentro de uma situação comunicativa. Ademais, ao explicar sobre subordinação, acrescentam que essa se estabelece pela:

[...] dependência de uma proposição em relação a uma outra, em que as relações de subordinação se caracterizam, conforme a natureza do subordinante, conforme a relação que existe entre o verbo e a oração principal, conforme o sentido da subordinante. (Dubois *et al.* *apud* Nepomuceno, 2005 p.51).

Entende-se, portanto, que, para Dubois *et al.* (1973), a subordinação além de estar relacionada com os tipos de conjunções que a inicia também está associada à

relação de determinante e determinado. Logo, retornam às definições enunciadas anteriormente, nas quais as classificações das orações estão pautadas em termos como dependência e independência.

Othon Garcia (2002), mesmo que timidamente, já começa a questionar sobre a classificação das orações em coordenadas (independentes) e subordinadas (dependentes). Para que se compreenda o ponto de vista de Garcia (2002), convém que seja citado, primeiramente, a definição dele acerca de parataxe e hipotaxe. Segundo o autor, a parataxe seria sinônimo de coordenação e a hipotaxe de subordinação. Já a justaposição, considera que compreende uma e outra, mas é ensinada no Brasil como variante da coordenação, e a correlação como variante da subordinação. Apesar de citar as orações aditivas, alternativas e adversativas, ele não se restringe a uma classificação estritamente sintática, chamando atenção para a importância de se observar o sentido ao classificar as orações. Portanto, cita alguns exemplos como o par *quer ... quer*, conjunção tida como típica alternativa, com valor concessivo em sentenças como: “Hão de pagar o prejuízo, quer lhes caiba (a culpa) quer não lhes caiba a culpa” (GARCIA, 2000, p.43). Ele destaca que se deve ater às relações lógico-semânticas presentes entre as orações, por isso utiliza o termo *falsa coordenação* ou *coordenação psicológica* para tratar das orações independentes no que se refere à forma, e dependentes, ao sentido. Ter-se-á, portanto, uma *falsa coordenação* em “Irei, quer queiras, quer não queiras que equivale a Irei, se quiseres (e) mesmo que não queiras” (GARCIA, 2002, p.47). A partir desse exemplo, ele aponta que a oração mencionada, apesar de apresentar o par coordenativo *quer ... quer*, possui nítido valor subordinativo-concessivo. Outro aspecto relevante se refere ao fato de que nem sempre a idéia principal está na oração classificada como principal, aspecto que já havia sido enunciado por Bechara (1976).

Garcia (2002) apresenta um pensamento menos formal do que o de Dubois *et al.* (1973); entretanto, ainda se encontram lacunas em suas definições, pois equipara hipotaxe a subordinação e parataxe à coordenação. No lugar de igualar esses termos, seria mais relevante se ele os inserisse em uma perspectiva textual discursiva. Outro problema é que Garcia (2002):

[...] parece vacilar entre as duas posições: ora identifica subordinação e hipotaxe, coordenação e parataxe, ora conceitua a parataxe como o encadeamento de frases sem o uso explícito de partículas coordenativas ou

subordinativas para mostrar a relação de dependência entre elas. (NEPOMUCENO, 2005 p.66).

As definições de orações coordenadas e subordinadas, como se pode notar, estão ligadas a conceitos como *dependência e independência*. Ao rever esses conceitos, Koch (2002, p.109) argumenta que:

[...] torna-se inadequado falar em orações dependentes (ou subordinadas) e independentes (ou coordenadas), já que se estabelecem, entre as orações que compõem um período, um parágrafo ou um texto, relações de interdependência, de tal modo que qualquer uma delas é necessária à compreensão das demais.

Koch (2002) afirma que os termos dependência e independência já não são mais suficientes para se definir as orações. Assim, ela menciona uma citação de Garcia (2002) na qual ele contesta a divisão de coordenadas e subordinadas por meio de definições como “independente” e “dependente”. Entretanto, Koch (2002) faz uma observação quando Garcia (2002) diz que “dependência semântica mais do que sintática observa-se também na coordenação, salvo apenas, talvez, no que diz respeito às conjunções ‘e’, ‘ou’ e ‘nem’” (Garcia *apud* Koch, 2002, p. 110). Koch (2002, p.113) comenta que: “mesmo no caso de orações ligadas por e, ou, nem, muitas vezes ditas ‘coordenadas típicas’, não se poderia afirmar com certeza a independência de sentido”. Assim, por meio de sua observação, ela demonstra que até mesmo essas conjunções citadas por Garcia (2002) como coordenadas típicas não são totalmente independentes. Em muitas orações iniciadas, por exemplo, pela conjunção “e”, observa-se que as relações de sentido são muito significativas, além de, muitas vezes, essas orações seguirem uma seqüência lógica, o que faz com que a ordem dos elementos afete o sentido da frase, tornando-a, até mesmo, incoerente. Quando se diz: “Laura entrou e fechou a porta”, percebe-se claramente o que foi exposto acima, pois, é preciso que Laura entre primeiro para depois fechar a porta, e não o contrário. Além desses aspectos, Koch (2002) apresenta também o fato de as orações não poderem ser classificadas simplesmente observando as conjunções que as encabeçam. Ela cita alguns exemplos em que a conjunção “e”, tida como coordenada aditiva, pode assumir outros valores: “Prometeu vir e não veio (valor adversativo); Caiu da janela e morreu (valor consecutivo)” (KOCH, 2002, p.113).

Outro questionamento mencionado por Koch (2002) é o fato de ela ressaltar que não se pode observar a justaposição apenas pela ausência de conjunção, pois as orações justapostas, conforme afirma a autora, apresentam nítida relação de dependência. Deve-se enfatizar que Rocha Lima (1969) e Bechara (1976), mesmo associando as justapostas à ausência de conjunções, já introduzem a questão de que elas estabelecem dependência semântica. Torna-se, então, importante citar as frases mencionadas por Koch (2002, p.15) para exemplificar essa questão do nítido valor de dependência presente na justaposição. As orações são:

- (5) Não fui à festa do seu aniversário: não me convidaram (causa);
- (6) Não fui à festa do seu aniversário: passei-lhe um telegrama (oposição);
- (7) Não fui à festa do seu aniversário: não posso saber quem estava lá (conclusão).

Com essas sentenças, Koch (2002) evidencia que, apesar da inexistência de conjunções, as orações estabelecem um nítido valor semântico. O fato de não apresentarem elementos de ligação, não impede que se depreendam sentidos como os citados acima: causa, oposição e conclusão.

Koch (2002) também menciona o fato de as gramáticas tradicionais apresentarem orações coordenadas, subordinadas e justapostas. Para ela, essa classificação não é suficiente para determinar as orações. Assim, a autora propõe que se pense que, quando um enunciado é produzido, todas as orações contidas nele estabelecem entre si uma relação de dependência, sejam elas coordenadas, subordinadas ou justapostas. Tendo em vista tais considerações, ela afirma que: “em todo e qualquer período composto por duas ou mais orações, verifica-se que há entre elas uma interdependência, visto que a presença de cada uma delas é necessária para veicular o significado pretendido” (KOCH, 2002, p.112).

É relevante o fato de Koch (2002) questionar a divisão entre oração principal e subordinada. Semelhante aspecto, já foi citado por Bechara (1976) e por Garcia (2002). Entretanto, ela faz alusão a essa questão acrescentando às idéias desses estudiosos o termo *interdependente*. Se as orações estabelecem uma relação de *interdependência*, não é possível pensar em oração principal e subordinada, portanto:

Se é verdade que, por vezes, a primeira oração pode ser postulada como independente, o acréscimo da segunda vem trazer um novo matiz a todo o conjunto: ora é responsável pela introdução de relações semânticas, ora encadeia-se com a primeira, como fator de progressão do discurso, sendo portadora de valores pragmáticos de extrema relevância que a relacionam não só com a primeira, mas também com a própria enunciação. (NEPOMUCENO, 2005, p. 72).

Pretende-se, então, dizer que se torna complicado inferir uma autonomia entre as orações, já que a presença de cada uma das orações de um dado período é necessária para transmitir o sentido pretendido.

Além disso, Koch (2002) exemplifica os problemas existentes quando se classificam as orações entre principais e subordinadas, por meio de algumas sentenças: “Desejo que sejas feliz; Afirmo que não conheço esse indivíduo” (p.114). O que ela pretende dizer é que as orações: “Desejo” e “Afirmo” classificadas como principais, normalmente, não encerram o sentido mais importante, pois o locutor pode considerar como mais relevante os fatos expressos nas segundas orações, os quais são “que sejas feliz” e “que não conheço esse indivíduo”.

Quando se postula que as orações não podem ser classificadas tendo em vista simplesmente aspectos formais, pensa-se que os estudos lingüísticos devem ser associados a outros fatores tais como os pragmáticos. A Lingüística Moderna preocupa-se com questões que envolvam a língua em uso, ou seja, não se restringe a uma descrição abstrata e ideal da língua. Ao se mencionar a importância de se analisar os fatores pragmáticos, volta-se para uma “abordagem integrada dos estudos lingüísticos com a vida das pessoas [...]” (CAGLIARI, 2005, p.45). Destaca-se, então, uma análise na qual as circunstâncias e as finalidades que envolvem uma situação comunicativa são consideradas relevantes. Cagliari (2005 p.45) afirma que ao se dizer: “‘Prometo ir ao cinema amanhã’, não só transmito uma informação ao meu interlocutor como também faço uma promessa”. Pode-se acrescentar ainda que além de sugerir uma promessa, existiram fatores contextuais que levaram o locutor a emitir semelhante sentença.

Ao se enfatizar os aspectos contextuais, deve-se aludir à teoria da enunciação, pois,

A Teoria da enunciação tem por postulado básico que não basta ao linguista preocupado com questões de sentido descrever os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes de uma língua: é preciso levar em conta,

simultaneamente, a enunciação – ou seja, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado, isto porque as condições de produção (tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens recíprocas, relações sociais, objetivos visados na interlocução) são constitutivas do sentido do enunciado: a enunciação vai determinar a que título aquilo que se diz é dito. (KOCH, 2000 p. 13-14).

Depreende-se, através da teoria da enunciação, que não se pode deixar de mencionar os aspectos pragmáticos, porque, ao considerá-los, qualquer enunciado é dependente do contexto em que ocorre.

Ao refletir sobre todas as questões mencionadas, nota-se que não se pode resumir o estudo das orações a termos como *independente* e *dependente*, realizando classificações que priorizem critérios meramente sintáticos. Considera-se que não se devem classificar as orações sem a elas associar os fatores semânticos e pragmáticos; pois, a língua não é estática, mas dinâmica. Ademais, está revestida de intenções as quais são perceptíveis em um processo de interação comunicativa.

#### **REFERÊNCIAS:**

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 19. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e lingüística*. São Paulo: Scipione, 2005.

CAMARA Jr, J. M. *Dicionário de lingüística e gramática*. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

DUBOIS, J. *et al. Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

GARCIA, M. O. *Comunicação em Prosa Moderna*. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 2002.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KREUTZ, R. A. *Sintaxe da Frase*. Rio Grande do Sul: Editora da UFSM, 1995.

LIMA, C. H. R. *Gramática normativa da língua portuguesa – Curso médio* 14. ed. Rio de Janeiro: F. Briguet & Cia Editores, 1969.

NEPOMUCENO, A. R. *Coordenação, subordinação, hipotaxe, parataxe: relações sintáticas x processos sintáticos*. Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Dieli Vesaro Palma. 171f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.